

Nome	Data de nascimento
Sthefanye Santos de Araújo	22-10-1997
Felipe Bezerra de Figueiredo	19-06-1985
Melissa Ferrari de Morais	18-03-1997
Nelson Santana Pereira de Melo Júnior	03-08-1977
Andréa Lima Cordeiro	03-10-1976
Célio Albertino de Oliveira	14-08-1963
Priscila Lopes de Abreu Santos	16-06-1985

18 de outubro de 2016. — O Diretor Nacional-Adjunto, *António Carlos Patrício*.

209965183

### Despacho n.º 13158/2016

#### Lista n.º 67/16

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 30 de setembro de 2016, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Izabel Cristina Mota Luz	30-09-1977
Meirielly Santos de Jesus	23-10-1988
Tatiane Benevenuti	16-01-1991
William Machado Emiliano	28-06-1989
Gilberto Rodrigues de Figueiredo	21-06-1976
Fernanda Dueire Costa	07-11-1988
Maria Bernadete Galdino	25-07-1961
Rafael Ferreira Costa	20-04-1993
Amanda Santos	02-04-1988
Cintia Randmer Costa	18-10-1963

18 de outubro de 2016. — O Diretor Nacional-Adjunto, *António Carlos Patrício*.

209965264

## JUSTIÇA

### Gabinete da Ministra

#### Despacho n.º 13159/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, designo como adjunto para exercer funções no meu gabinete, o mestre Manuel Eduardo Aires Magriço, Procurador da República.

2 — O designado opta pelo estatuto remuneratório correspondente ao posto de trabalho de origem à data da designação, ao abrigo do n.º 8 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 19 de setembro de 2016.

26 de outubro de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

#### Nota curricular

##### Dados biográficos

Nome: Manuel Eduardo Aires Magriço  
Data de nascimento: 13 de outubro de 1974  
Naturalidade: S. Domingos de Benfica — Lisboa

##### Habilitações académicas mais relevantes

Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito de Lisboa — 1992-1997

Pós-graduação em Fiscalidade — ISG — Instituto Superior de Gestão — 1998-1999

Mestrado em Competitive Intelligence/Guerra da Informação — Academia Militar — 2013

«Programa de Performance e Controlo de Gestão» — Católica-Lisbon School of Business & Economics da Universidade Católica Portuguesa 2014

##### Percurso profissional

Entre 1 de abril de 2016 e 31 de agosto de 2016 exercício de funções como Procurador da República, em regime de acumulação, na Secção de Família e Menores da Comarca de Lisboa Oeste/Cascais e na Secção de Instrução Criminal da Comarca de Lisboa Oeste/Cascais.

Entre 1 de setembro de 2015 e 31 de março de 2016 exercício de funções, como Procurador da República, na Secção de Família e Menores da Comarca de Lisboa Oeste/Amadora — Magistrado interlocutor com a CPCJ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Amadora.

Promoção a Procurador da República em 1 de setembro de 2014, tendo sido colocado na Secção de Família e Menores da Comarca de Setúbal, onde exerceu funções até 31 de agosto de 2015 — Magistrado interlocutor com a CPCJ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sesimbra.

Entre 1 de setembro de 2013 e 1 de setembro de 2014 exercício de funções como Procurador Adjunto nos Juízos de Execução de Lisboa.

Entre 14 de maio de 2012 e 1 de setembro de 2013 destacado para a PGR — Procuradoria-Geral da República onde exerceu funções no âmbito da Autoridade Central para a Cooperação Internacional em Matéria Penal e representou a PGR nos trabalhos do projeto «PIIC — Plataforma Integrada para o Intercâmbio da Informação Criminal», sob a coordenação de Procurador da República.

Entre 19 de março de 2012 e 13 maio de 2012 exercício de funções, como Procurador Adjunto, nos Juízos Criminais de Lisboa.

Entre 19 de abril de 2007 e 18 de março de 2012, exercício de funções no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa — coadjuvação à Diretora do DIAP.

Entre 15 de março de 2004 e 19 de abril de 2007, exercício de funções como Procurador Adjunto no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa — Secções Genéricas e Criminalidade Militar.

Em 31 de maio de 2002, nomeado como Procurador Adjunto em regime de estágio, na Comarca do Montijo.

Nomeação como Auditor de Justiça, em 15 de setembro de 2000 — Centro de Estudos Judiciários (XIX Curso).

##### Publicações

«A exploração sexual de crianças no ciberespaço — aquisição e valoração de prova forense de natureza digital. — Lisboa, Alêtheia Editores, 2014. - 202 p.; 22 cm, ISBN 978-989-622-6640.

«Aspetos legais da Gestão Digital de documentos de Arquivo Eletrónico — aspetos a considerar no âmbito do Inquérito-Crime». Comunicação efetuada no âmbito do *Seminário: (R)evolução da informação pública: preservar, certificar e acessibilizar*, realizado pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (ex DGARQ) a 7 e 8 de novembro de 2011, em Lisboa.

[Em Linha]. 2011. Disponível em [www: <URL: http://www.yumpu.com/pt/document/view/12454005/manuel-aires-magrico-mp-diapdirecao-geral-de-arquivos/3>](http://www.yumpu.com/pt/document/view/12454005/manuel-aires-magrico-mp-diapdirecao-geral-de-arquivos/3).

«Contributos para a construção de um sistema integrado de proteção às vítimas violência doméstica: georreferenciação do perigo»/Francisco Manuel dos Ramos Nunes, Manuel Eduardo Aires Magriço, Pedro Miguel Rodrigues Duarte — Revista do Ministério Público, Lisboa, a.32n.126 (abr.-jun.2011), p.199-218.

«Reorganização Judiciária Criminal — breves reflexões» — MJD — Movimento Justiça e Democracia. [EmLinha]. 2008. Disponível em [www: <URL: http://www.mjd.org.pt/conteudos/artigos/reorganizacao%20judiciaria%20criminal%20Manuel%20Aires%20Magrico.pdf>](http://www.mjd.org.pt/conteudos/artigos/reorganizacao%20judiciaria%20criminal%20Manuel%20Aires%20Magrico.pdf).

«Exercício da profissão de jornalista sem carteira profissional: crime de usurpação de funções» — Revista do Ministério Público, Lisboa, a.26n.103 (jul.-set.2005), p.151-156.

##### Outra formação:

Auditor de Gestão Civil de Crises — IDN — Instituto de Defesa Nacional.

Seminário — Estocolmo — Tráfico de Seres Humanos — Swedish Institute, junho de 2011.

Curso — UNODC — United Nations Office on Drugs and Crime, Vienna de Austria — «UNODC — Anti-Human Trafficking — Train — the — Trainer — session for Criminal Justice Practitioners», 2011.

Curso — Department of Homeland Security, USA — Lisboa — «Computer Forensics Training course», 2011.

Outras referências:

Integrou a “Unidade de Missão para a Informatização da Procuradoria-Geral da República” — 2010.

Representou a PGR — Procuradoria-Geral da República nos trabalhos de *Levantamento de Processos da Administração Central do Estado — Macro-Estrutura Funcional*, na área da Administração da Justiça, da responsabilidade da DGARQ — Direção Geral de Arquivos — 2011.

Integrou júri de provas orais do concurso ao ingresso no 32.º Curso de Formação Inicial de Magistrados para os Tribunais Judiciais do CEJ — Centro de Estudos Judiciários — 2016.

Orador, com intervenções em seminários organizados pela Comissão Europeia (Direção-Geral para o Alargamento), na Bósnia-Herzegovina, Turquia, Montenegro, Geórgia, Ucrânia, Macau e Hong Kong nas áreas da exploração sexual de crianças no Ciberespaço, prova forense de natureza digital, proteção às crianças e mulheres vítimas de violência em contexto institucional, proteção aos refugiados (Convenção de Genebra, estatuto de refugiado, princípio do non refoulement) e tráfico de seres humanos, com referência ao quadro normativo internacional e europeu (ONU, Conselho da Europa e União Europeia), e da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

209973015

## Direção-Geral da Política de Justiça

### Aviso n.º 13565/2016

**Recrutamento de dois Técnicos Superiores (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.**

Torna-se público que a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar dois Técnicos Superiores (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções no Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos, caracterização e perfil a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

1 — Constituem requisitos de admissão:

- Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Ser detentor/a da carreira/categoria de Técnico Superior;
- Ser detentor/a de Licenciatura em Direito.

2 — Considerando que, está sujeito a parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública a mobilidade de trabalhadores de órgãos e serviços das administrações regionais e autárquicas para os restantes órgãos ou serviços aos quais é aplicável a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, não serão admitidas, ao presente procedimento de recrutamento, candidaturas de trabalhadores oriundos da Administração Regional ou Autárquica.

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:

Apoio técnico-jurídico no desenvolvimento das competências cometidas ao Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho e respetiva regulamentação.

III — Perfil pretendido:

- Bons conhecimentos do funcionamento dos vários mecanismos de resolução alternativa de litígios, designadamente, dos julgados de paz, dos centros de arbitragem e da mediação;
- Experiência na preparação de informações e pareceres jurídicos;
- Recolha e tratamento de informação estatística;
- Experiência preferencial em direito administrativo.

IV — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus da Justiça, 1990-097 Lisboa.

V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados/as deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica, da carreira/categoria, da

posição, nível e montante remuneratório que detêm, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto “Recrutamento por mobilidade”, dirigido a:

Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça  
Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3  
Campus da Justiça  
1990 — 097 Lisboa

VI — Remuneração:

Nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de abril, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2016, que prorroga os efeitos do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, o pagamento da remuneração é efetuado pela posição remuneratória correspondente à situação jurídico-funcional de origem em que o trabalhador se encontra.

VII — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem carácter eliminatório, pelo que apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a eventual entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21 7924000/ Divisão de Gestão de Recursos Humanos, da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

25 de outubro de 2016. — A Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, *Susana Antas Videira*.

209969566

## CULTURA

### Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

#### Despacho n.º 13160/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu gabinete Cristina Isabel Vicente Pires dos Santos, assistente técnica do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 1 de novembro de 2016.

4 — Conforme disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

25 de outubro de 2016. — O Secretário de Estado da Cultura, *Miguel Honrado*.

#### Nota Curricular

Cristina Isabel Vicente Pires dos Santos nasceu em 29 de fevereiro de 1964 e concluiu o 12.º ano de escolaridade. Em termos profissionais desempenhou as seguintes funções:

De abril a outubro 2016 — Secretária do Presidente e Diretores Nacionais da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

De maio de 2012 a abril de 2016 — Secretária do Comandante Nacional de Operações de Socorro, na Autoridade Nacional de Proteção Civil;

De janeiro 2000 a maio 2012 — Secretária da Direção do Instituto Nacional de Administração (INA), atual Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (DGQTFP);

De 1986 a janeiro de 2000 — funções administrativas no Instituto Nacional de Administração (INA), atual Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (DGQTFP).

Realizou cursos de formação relevantes para as funções desempenhadas, designadamente os cursos de “Secretariado Avançado”, “Técnicas de Secretariado”, e “Redes de Informação, Circuitos e Correo Eletrónico”.

Foi agraciada com os seguintes louvores:

Louvor n.º 270/2016, publicado no DR, 2.ª série, N.º 99, de 23 de maio de 2016, atribuído pela Autoridade Nacional de Proteção Civil;

Louvor n.º 212/2007, publicado no DR, 2.ª série, N.º 94, de 16 de maio de 2007, atribuído pelo Instituto Nacional de Administração.

209970504